
O MITO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO: DO FIM DOS TERRITÓRIOS À MULTITERRITORIALIDADE

ROGÉRIO HAESBAERT. RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL, 6 ED. 2011. 396 P. ISBN: 978-85-286-1061-1

DENISE RIBEIRO DE ALMEIDA [deniserib@gmail.com]

Recebido em 10/janeiro/2014
Aprovado em 20/maio/2014
Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Este livro é um dos resultados do Pós-Doutoramento na Universidade de Londres, do professor Rogério Haesbaert, renomado geógrafo brasileiro da atualidade, visto como um importante pesquisador com vasta produção sobre território e suas diferentes dimensões. Considera-se ser a leitura desta obra fundamental tanto para estudantes de diferentes níveis do ensino superior, quanto para pesquisadores que tenham interesse em se aprofundar nas discussões contemporâneas acerca desta temática. Destaca-se ainda, que seu principal diferencial reside na apresentação de reflexões relativas à dimensão territorial sob uma perspectiva que supera o tradicional viés geográfico-espacial ainda hegemônico em grande número de trabalhos da área, sendo assim de grande utilidade como suporte teórico na elaboração de estudos acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento.

O livro, subdividido em nove capítulos, é estruturalmente composto por três temáticas complementares e igualmente importantes à compreensão da dimensão territorial na contemporaneidade. Têm-se inicialmente discussões relativas aos principais construtos teóricos e diferentes formas de análise do território, como conteúdos explorados na Introdução e nos capítulos 1 e 2. Em seguida, no capítulo 3, o autor sistematiza reflexões inicialmente desenvolvidas por Deleuze e Guattari, em relação às questões relativas às modificações dos territórios e a alguns processos de desterritorialização estudados por estes últimos autores. Os capítulos subsequentes aprofundam de forma sistemática e consistente importantes discussões com impactos diretos nos estudos sobre o tema, percorrendo-se sobre diversas dimensões envolvidas na análise da compressão das relações espaço-tempo na Pós-Modernidade (capítulo 4); passando-se a análises sobre as tipologias da desterritorialização e suas respectivas relações com os processos de mobilidade e exclusão atuais (capítulos 5, 6 e 7); em sequência, no capítulo 8, Haesbaert explora os links existentes entre desterritorialização e multiterritorialidade. Finalmente, o capítulo 9 reforça junto ao leitor a conclusão da afirmação inicial do autor que inclusive intitula o livro, de que o fenômeno da desterritorialização, um dos mitos da Pós-Modernidade, não é novo, já que sempre esteve presente na história da humanidade.

Haesbaert, à semelhança do apresentado por Milton Santos em seu importante livro de 2006 - *A Natureza do Espaço* - destaca a importância de nunca se analisar o território como espaço neutro, mas sim enquanto lócus de constante disputa de poder seja sob uma perspectiva de TERRA (TERRITORIUM), onde predomina a dominação de natureza jurídico-política do uso

do recurso “terra” para fins de reprodução econômica; seja sob uma concepção de TERROR/ ATERRORIZAR (TERREO/ TERRITOR), onde é visto como instrumento de imposição de terror/medo dos atores hegemônicos aos atores hegemonzados e, conseqüentemente, menos influentes.

Partindo de tais premissas, o autor considera que um dos grandes problemas do estudo do território reside na indefinição que perpassa o conceito, dotando-o de grande polissemia. Com isso, cada campo do conhecimento (Geografia, Economia, Sociologia, Psicologia etc) que utiliza a dimensão territorial em seus estudos, apropria-se daquelas dimensões analíticas que se coadunam mais consistentemente aos seus propósitos. Sob tal contexto, Haesbaert apresenta quatro macrodimensões territoriais: política (hegemônica e que o encara como espaço delimitado/controlado, por meio do qual se exerce determinado poder); cultural (como produto da apropriação da dimensão simbólica/ subjetiva por um determinado grupo em relação ao seu espaço de convivência); econômica (com a prioridade da dimensão espacial das relações econômicas, sendo visto como fonte de recursos e local de lutas entre classes sociais ou entre capital-trabalho) e a naturalista (concepção de território animal de demarcação de espaço físico, enquanto característica humana inata).

Buscando a superação desta indesejável fragmentação, e da ainda presente hegemonia do econômico sobre as demais dimensões, Haesbaert explora a perspectiva integradora, na qual os territórios se posicionam, segundo suas especificidades, em “algum lugar” de um continuum entre os ideais de funcionalidade e simbolismo, tendo por fios condutores do complexo processo de reordenamento territorial as questões ambientais e o novo papel do Estado enquanto gestor, controlador e mediador das demandas que emergem da Sociedade Civil.

Esta concepção mais abrangente de território faz com que se promovam, ao longo do tempo, diferentes possibilidades de territorialização, conceito trazido no texto como um componente de poder, por meio do qual indivíduo e sociedade experimentam e dotam de significado seu “espaço” físico ou virtual de convivência. Ressalta Haesbaert que a territorialização possui quatro objetivos básicos que se combinarão conforme o contexto em que se dá: abrigo físico (fonte de recursos materiais/ meio de produção); identificação de grupos de interesse através de dimensões espaciais (fronteiras geográficas); controle através do espaço, por meio dos espaços individualizados; e construção/controlado de conexões e redes. Ainda sobre os processos de territorialização, afirma que a Pós-Modernidade caracteriza-se pelo maior controle e mobilidade dos fluxos/redes, assim como por suas diversas conexões. Em outras palavras, o movimento torna-se elemento fundamental na (re)construção do território, fazendo com que surjam contrapontos entre os antigos territórios-zona - focados na lógica estatal de controle dos fluxos que definem mecanismos de domínio de áreas, normalmente limitadas por fronteiras delimitadas - e os chamados territórios-rede - baseados na lógica empresarial e também controlando fluxos canalizados prioritariamente através de nódulos de conexão que garantam maiores resultados econômico-financeiros.

Com isso, ao longo do tempo, parte-se de territorializações fechadas e quase “uniterritoriais”, para as múltiplas, passando-se neste percurso pelas político-funcionais e flexíveis. A territorialidade fechada/“uniterritorial” é condicionada pela relação direta entre poder político e identidade cultural; assim os territórios são defendidos por grupos culturalmente homogêneos que não

admitem pluralidade territorial de poderes e identidades (grupos étnicos, comunidades quilombolas etc). Por sua vez, a territorialização político-funcional centra-se na percepção do Estado-Nação respeitando relativa pluralidade cultural, rejeitando, contudo, a pluralidade de poderes para além dos públicos. Já a territorialização flexível considera a presença tanto da sobreposição territorial sucessiva (territórios periódicos ou espaços multifuncionais nas metrópoles), quanto a concomitante (sobreposição de territorialidades político-administrativas). Finalmente, na múltipla, há as “multiterritorialidades” advindas de diferentes grupos ou indivíduos que constroem territórios flexíveis, multifuncionais e multi-identitários. Pontua-se, mais uma vez, que a leitura de Haesbaert (2005) em muito contribui para aprofundar e complementar as reflexões até este momento apresentadas.

Por sua vez a multiterritorialidade é conceituada como a ação ou processo por meio do qual acessam-se ou conectam-se diferentes territórios individual e coletivamente, e de forma concreta promovida por deslocamentos físicos, ou virtual com a utilização das facilidades e relações do ciberespaço. Destaca-se, que apesar das discussões atuais sobre este conceito ele não pode ser considerado um fenômeno contemporâneo com base na percepção de que os processos de territorialização, presentes em toda a trajetória humana, têm como alicerces relações sociais diversas e complexas resultando em diferentes formas de interação territorial, em que sempre se entrecruzam diferentes territórios – ou seja, independentemente da época, sempre houve multiterritorialidade.

Haesbaert sinaliza ainda algumas importantes características distintas entre a multiterritorialidade moderna e a pós-moderna. A moderna é zonal e hierarquizada; organizando-se político-administrativamente pela lógica dos Estados modernos e dos blocos econômicos, permitindo a sobreposição/ligação em rede de territórios-zona com diferentes relações de interdependência. Já na pós-modernidade, a multiterritorialidade é promovida de forma reticular ou pelos territórios-rede, demarcando-se um contexto descontínuo, fragmentado e de simultaneidade entre territórios; tais aspectos associados ao maior uso das redes virtuais, faz com que haja mais dificuldade em se “isolar” territórios específicos, tendo-se como exemplo emblemático desta multiterritorialidade a lógica das redes terroristas.

Indiscutivelmente, como aponta o autor, esta “nova” multiterritorialidade com toda sua flexibilidade territorial não deve ser vista, por mais que algumas correntes conceituais insistam neste ponto, como algo homogeneamente difundido ao redor do mundo. Na prática, vê-se que indivíduos e grupos privilegiados (atores hegemônicos) têm acesso quase que ilimitado ao que Haesbaert conceitua como uma “multiplicidade inédita de territórios”, sejam eles sobrepostos no mesmo espaço, seja por meio de conexões em rede com diferentes realidades mundiais. Desta forma, a “nova” multiterritorialidade atua como fenômeno alavancador da exclusão, tendo em vista que as condições de acesso aos “diferentes mundos” concretos ou virtuais não são idênticas para diferentes indivíduos e sociedades, consolidando-se o pressuposto da importância do controle do território como instrumento de reprodução da estrutura de poder e do status quo.

Já as relações existentes entre reterritorialização e desterritorialização são vistas como os dois lados da “moeda” da territorialização, exatamente pelo seu encadeamento ao longo de um horizonte temporal mais amplo. Assim, na medida em que ocorrem movimentos individuais

e sociais de desterritorialização, a estes sucedem novos processos de reterritorialização. Com isso, o fenômeno vivido no mundo real é o da des-re-territorialização uma vez que não é possível, nem individual, nem socialmente ter-se a ausência de alguma forma de territorialidade.

Finaliza-se apontando a conclusão de Haesbaert de que estes conceitos, juntamente com o conceito de multiterritorialidade mais geral, presente na midiática concepção dos territórios-rede como lócus de rápida e integral conexão da humanidade, não passa de um mito, já que para cada indivíduo permanece como importante dimensão simbólica e física um mínimo de territorialidade que lhe assegure condições satisfatórias de abrigo e conforto em sua vida cotidiana.

REFERÊNCIAS

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, Universidade de São Paulo, março de 2005. Disponível em: http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf . Acesso em 20 junho 2012. p. 6774-6792. 2005.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 260 p. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/16391201/Santos-Milton-a-Natureza-Do-Espaco>. Acesso em 11 jan 2012.